



Eixo: Movimentos sociais e Serviço Social.

Sub-eixo: Serviço Social e Movimentos sociais: pesquisa teórica e profissional.

CONCEPÇÕES HISTÓRICAS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

VINICIUS CORREIA SANTOS¹

Resumo: Esse artigo tem como objetivo mostrar as concepções históricas da Economia Solidária na contemporaneidade. Pretende-se resgatar o debate entre Marx e os “Socialistas Utópicos”, travado no século XIX para mostrar que o conceito de Economia Solidária na atualidade não apresenta concepções “novas”.

Palavras-chave: Socialistas Utópicos; Economia Solidária.

Abstract: This article aims to show the historical conceptions of Solidarity Economy in contemporary times. It is intended to rescue the debate between Marx and the "Utopian Socialists", locked in the nineteenth century to show that the concept of Solidarity Economy currently does not present "new" conceptions.

Keywords: Utopian Socialists; Solidarity economy.

1 INTRODUÇÃO

Atualmente, há o predomínio de duas abordagens conceituais sobre a Economia Solidária. De um lado identifica-se uma abordagem a partir das obras de Paul Singer², fundamentadas, segundo o próprio autor, na crítica da economia política de Marx³ e, de outro lado, registra-se os trabalhos de J. L. Laville⁴, que se utiliza como referência a obra de Polanyi (1980), principalmente o conceito de economia plural⁵ desse autor.

Basicamente, a abordagem conceitual de Laville diz respeito aos empreendimentos solidários (formados por trabalhadores excluídos e

¹ Professor com formação em outras áreas. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Email: <viniciuscs@gmail.com>

² Foi um economista e professor da Universidade de São Paulo e secretário Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego do Brasil.

³ “No Brasil, a teorização sobre a economia solidária apresenta uma clara **inspiração marxista**. De minha parte, tenho procurado mostrar que o capitalismo é o modo de produção dominante mas que está longe de abranger a totalidade das economias contemporâneas” (SINGER, 2004, p.05, grifo nosso).

⁴ Sociólogo francês, coordenador do CRIDA – *Centre de Recherche e d’information sur la Démocratie et L’Autonomie*, referência internacional e um dos pioneiros na temática da Economia Solidária.

⁵ Polanyi (1980) aponta outras formas de regulação e produção social além do mercado, como por exemplo: a domesticidade (produz para as necessidades do grupo social), a reciprocidade (produção social através da relação de dádiva entre os homens) e a redistribuição (autoridade responsável pela distribuição da riqueza social).

desempregados) que se relacionam com o mercado e o Estado, formados por trabalhadores autônomos, representantes da solidariedade democrática⁶ e seus produtos e serviços apresentam “outra” forma de fazer economia, baseadas nos princípios da reciprocidade e domesticidade. Trata-se, portanto de uma hibridação (junção) de economias, ou seja, a Economia Solidária não é outro modo de produção que vai derrubar o capitalismo, a intenção é tirar essa “outra” forma de economia, mais democrática, do anonimato e mostrar para o resto da sociedade.

Já a abordagem de Singer (2002) diz respeito a empreendimentos sociais formados por trabalhadores desempregados, que praticam a autogestão⁷, existindo a propriedade coletiva dos meios de produção e distribuição, sendo outro modo de produção antagônico ao capitalismo, que têm a possibilidade de nos levar ao socialismo.

E como o objetivo desse artigo é fazer um resgate histórico para compreender o que é apresentado atualmente como Economia Solidária, foi feito um estudo histórico nas idéias sociais e políticas da modernidade para encontrar no século XIX a chave para entender esse fenômeno na contemporaneidade.

Nesse século surgiram teóricas sociais que apresentam fundamentos semelhantes a categorias utilizadas no conceito de Economia Solidária. Como também, os principais autores da Economia Solidária (Singer e Laville) se valem dessas teorias para validar os empreendimentos solidários.

Entretanto, os autores da Economia Solidária na contemporaneidade não introduziram nos seus resgates históricos a análise feita por Marx às pretensões teóricas dos chamados “socialistas utópicos”.

Com base na crítica da economia política⁸ enquanto método de histórico e dialético pretende-se também compreender a manifestação da Economia Solidária na nossa realidade. Já que os autores ‘solidários’ se valem

⁶ “A solidariedade democrática pode ser definida pela articulação de uma reciprocidade voluntária respeitando a igualdade, de um lado; e através de um reconhecimento jurídico que assegura direitos e elabora as regras de redistribuição pública” (LAVILLE, 2006, p.24).

⁷ Isso significa dizer que a autogestão é um sistema democrático, pois as decisões são tomadas pelos sócios pertencentes à unidade de economia solidária.

⁸ Mas isso não significa que a crítica feita por Marx no século XIX será a mesma e, sim, utilizar suas categorias de análise para entender a Economia Solidária.

dos conceitos elaborados pelos socialistas utópicos e da obra de Marx para justificar e contextualizar a Economia Solidária.

Conseqüentemente, ao fazer tal regaste histórico, a intenção é apresentar a raiz histórica do ideal solidário trazendo e para demonstrar a hipótese que os conceitos da Economia Solidária não são “novos”, são fundamentados no Socialismo Utópico do séc.XIX.

2 O “SONHO” DE SAINT-SIMON

Henri de Saint-Simon (1760-1825) nasceu em Paris e era filho de pais aristocráticos. Ele é um dos expoentes do socialismo utópico, exerceu grande influência no pensamento francês do século XIX, defendia a tecnocrática, pois via na ciência e na razão a solução para o progresso humano. Propôs uma ordem social organizada racionalmente por cientistas e industriais que substituiriam, respectivamente, o clero e a nobreza do Antigo Regime, derrubado pela Revolução Francesa.

O pensamento de Saint-Simon (2002) tem como característica fundamental uma fé inabalável na ciência e no progresso humano, acreditava que a sociedade deveria ser guiada pelos homens “iluminados”, para ser um ser humano “iluminado” ou conhecedor da razão, era necessário conhecer as ciências, especialmente astronomia e a fisiologia.

Saint-Simon considerava Newton⁹ o ser humano que mais fez progredir a ciência, ou seja, o ser humano mais “iluminado”. Isso porque Newton fundamentou e criou a concepção do universo exclusivamente sobre um processo de entendimento racional (baseado na matemática, física, astronomia e fisiologia) conhecido como a “lei experimental da gravitação”, assim Newton conseguiu explicar de forma racional as leis de funcionamento da natureza.

Por isso que Saint-Simon considerava Newton o mais respeitável dos homens, colocando-o no centro de seu novo culto, de tal modo que o estudo do físico e matemático inglês foi à base da nova construção social. A base dessa nova construção é uma reforma social a partir de um conselho superior formado pelos “iluminados” (conhecedores da razão).

⁹ Isaac Newton (1643 - 1727) foi um reconhecido físico e matemático inglês. Sua principal obra foi “Princípios Matemáticos da Filosofia Natural”, onde descreve a lei da gravitação universal e as três leis de Newton, que são os fundamentos da mecânica clássica.

Saint-Simon (2002) também aponta os príncipes, o clero, os latifundiários como “improdutivos” e classificá-los como os “inúteis” da sociedade, pois segundo Marx (2008, p.800) sua intenção era glorificar a sociedade burguesa, seu desejo era substituir de vez a sociedade feudal, principalmente na França que na época não se encontrava no mesmo nível de desenvolvimento industrial da Inglaterra.

Saint-Simon (2002) ainda acreditava que a “razão” e os que a detêm deveriam guiar a sociedade, pois utilizando dela deveriam saber aplicar racionalmente a riqueza produzida socialmente. Portanto, o progresso da sociedade só vai acontecer se os iluminados estiveram na vanguarda da condução social, e como aconteceria isso?

Para alcançar esse feito: “saibam que coloquei Newton a meu lado, que lhe confiei a direção da luz e o comando dos habitantes de todos os planetas” (SAINT-SIMON, 2002, p.53), assim o autor propõe a criação para o “bem” de todos o “Conselho de Newton”, que é um conselho formado pelas mais brilhantes mentes humanas que ditará o destino da sociedade. E como seria esse “Conselho de Newton”, ele responde:

A reunião dos vinte e um eleitos pela humanidade tomará o nome de Conselho de Newton; o Conselho de Newton representará-me-a sobre a Terra; ele repartirá a humanidade em quatro divisões, que se chamarão inglesa, francesa, alemã, italiana; cada uma dessas divisões terá um conselho composto da mesma maneira que o conselho superior (SAINT-SIMON, 2002, p.53).

Assim, o Conselho de Newton organizará a economia e a sociedade e melhorará o mais depressa possível a situação da classe mais pobre. Nesse ponto, Saint-Simon (2002) defendia uma mudança na propriedade privada, que deveria ser reorganizada sob o controle do Estado (composto pelos iluminados do Conselho de Newton).

Fazendo um elo entre as idéias de Saint-Simon (2002) e a concepção de Economia Solidária na atualidade, percebe-se que a idéia de “conselhos superiores” está presente nas empresas solidárias, só que na Economia Solidária esses conselhos não são formados por “superiores - possuidores da razão”, mas pelos próprios trabalhadores solidários que elegem diretores e conselheiros, Singer (2002, p.18, grifo nosso) nos mostra como funciona:

A economia solidária se administra democraticamente, ou seja, pratica a autogestão. Quando ela é pequena, todas as decisões são tomadas em *assembléias*, que podem ocorrer em curtos intervalos, quando há necessidade. Quando ela é grande, *assembléias-gerais* são mais raras porque é muito difícil organizar uma discussão significativa entre um grande número de pessoas. Então os sócios elegem delegados por seção ou departamento, que se reúnem para deliberar em nome de todos. Decisões de rotina são de responsabilidade de encarregados e gerentes, escolhidos pelos sócios ou por uma *diretoria eleita* pelos sócios (SINGER, 2002, p.18, grifo nosso).

O princípio básico para Singer (2002) é que todos os sócios têm a mesma parcela de capital e mesmo direito de voto em todas as decisões, em suas palavras “ninguém manda em ninguém” (SINGER, 2002, p.09).

A autogestão com seus conselhos é o meio mais democrático e racional para se administrar e produzir a riqueza social. Desse modo, o pensamento de Saint-Simon influencia a Economia Solidária justamente na questão dos “conselhos” e que eles são a forma mais “racional” de administrar e produzir a riqueza social.

Constata-se que o pensamento social de Saint-Simon (2002) tem relação histórica com o conceito de Economia Solidária, e diante da proposta desse artigo, no próximo tópico será exposto à teoria social de Fourier (2002) e seu sistema “fantástico” de “falanstérios”, como um sistema utópico de reforma social que tem relações também com o conceito de Economia Solidária.

3 OS “FALANSTÉRIOS” DE FOURIER

François Charles Fourier (1772-1837) é filho de uma família rica de comerciantes franceses, um dos principais representantes do socialismo utópico. O essencial da sua doutrina é a idéia de uma evolução natural do homem, na qual se poderiam distinguir quatro fases: a primitiva, a selvagem, a patriarcal e a civilizada. Esta última que Fourier (2002) considera há de seu tempo, estaria fadada a dar lugar a uma quinta: a fase da harmonia.

Fourier (2002) via nas desordens sociais provocadas pelo comércio e pelo afã de lucro dos capitalistas os sinais de decadência da civilização. Ao liberalismo econômico, causador dessa situação, contrapunha a “liberdade das paixões”, baseada na “atração social”. Para concretizar suas idéias, propôs a criação de comunidades cooperativas livres (os “falanstérios”), base de uma nova organização social, para alcançar a quinta fase da sua doutrina.

Sua análise do sistema capitalista começa com a crítica a fragmentação da agricultura e que a idéia de mercado cria uma ilusão de igualdade social. Sendo assim, a fragmentação e especialização da agricultura, segundo Fourier (2002), elevaria o número de pessoas necessárias para produzir os alimentos para a reprodução da sociedade.

Para demonstrar como seria o processo contra a fragmentação, ele propõe uma associação de trabalhadores especializados para produzir a riqueza social, ele cita como exemplo: o uso de fogões. Ele subscreve:

Uma grande reunião empregaria nas diversas funções apenas a centésima parte dos agentes e das máquinas exigidas pela complicação de nossas pequenas rotinas domésticas. No lugar de trezentos fogões empregados, seriam necessários apenas quatro ou cinco grandes equipamentos, que executariam serviços de diversos tipos, destinados a quatro ou cinco classes de riquezas, pois o estado societário não admite igualdade. Bastaria uma dezena de pessoas especializadas para substituir as trezentas mulheres empregadas no regime civilizado, que é desprovido dos numerosos mecanismos que seriam utilizados em uma cozinha destinada a mil e oitocentas pessoas. [...] O povo, nesse caso, gastaria muito menos para se alimentar bem do que hoje gasta para viver miseravelmente (FOURIER, 2002, p.72).

A idéia é que no regime associativista/cooperativista as pessoas que tivessem a especialidade em determinada técnica fizesse somente isso na produção de bens e, junto com outros especialistas produziram a riqueza para todos, ou seja, um processo de racionalização do trabalho que levaria ao uso de menos pessoas e um aumento da produção.

Então o que fazer para tirar da miséria toda essa multidão produzida pelo liberalismo econômico? Fourier (2002, p.76) nos oferece duas alternativas, são eles: 1) Criar a grande indústria, as ciências superiores e as belas-artes; desenvolvimentos necessários ao estabelecimento do regime societário que é incompatível com a pobreza e a ignorância; 2) Inventar este mecanismo societário, este “novo mundo industrial” em oposição à fragmentação.

Desse modo, Fourier (2002) propõe a formação de pequenos núcleos de associação (as falanges industriais), ou “falanstérios”, cada qual com cerca de mil e oitocentas pessoas, que reuniram as sete funções industriais, são elas: atividades domésticas, agrícolas, manufatureiras, comerciais, de ensino, estudo e artes. Permitindo assim, a eficiência do trabalho indo de encontro à fragmentação da agricultura e a idéia falsa de igualdade do comércio.

Consequentemente, os “falanstérios” iriam se propagar pela sociedade acabando com a miséria e a pobreza da multidão de excluídos e, segundo Fourier (2002, p.72) o sistema societário (as falanges) iria proporcionar a sociedade uma riqueza social quadruplicada.

Na atualidade, Singer (2002) ao resgatar a obra de Fourier vai afirmar que esse pensador não era um homem de ação e nunca quis que seu projeto de “falanstério” fosse realizado por discípulos, “seu sonho era que algum capitalista se interessasse pelo seu sistema e se dispusesse a experimentá-lo. [...] Nele se preservam a propriedade privada e a liberdade individual de mudar o trabalho” (SINGER, 2002, p.35).

Singer (2002) ressalta como característica importante a Fourier (2002) o fato desse autor não ser contra propriedade privada, nem a organização social que propõe seja uma sociedade comunista. Ao contrário, respeita o direito a herança e considera a pobreza e riqueza “fatos” naturais.

Resumindo, Fourier propõe a instalação de falanges industriais como forma de organização da sociedade que acabará com a pobreza e miséria, suas idéias estão muito presente atualmente em um dos pilares da Economia Solidária que se trata do conceito de associação, pois uma das características de um empreendimento de Economia Solidária, refere-se ao fato do empreendimento ser uma associação de trabalhadores que realizam um “conjunto de atividades econômicas – de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito – *organizadas e realizadas solidariamente por trabalhadores e trabalhadoras sob a forma coletiva e autogestionária*” (MTE, 2006, p.11, grifo nosso).

Desse modo, a associação de trabalhadores para produzir e organizar a sociedade de modo mais racional, como mostra Fourier (2002) é retomada também na Economia Solidária.

4 AS ALDEIAS COOPERATIVAS DE OWEN

O inglês Robert Owen (1771-1858) foi um industrial que acumulou grande fortuna, ele propôs uma reforma social a partir de uma comunidade exemplar, para ele a reforma não depende da ação política nem da tomada de poder e sim de organização da sociedade de forma racional para acabar com a pobreza e miséria.

Defendia a tese de que bons salários e boas condições de trabalho não eram incompatíveis com os lucros e a prosperidade dos negócios em geral (para a época significava uma visão revolucionária de administração). Como diz Marx (2005, p.343): “Robert Owen não só defendeu, no plano teórico, a necessidade de uma limitação do dia de trabalho, mas também introduziu realmente o dia de 10 horas em sua fábrica [...], consideraram sua inovação, objeto de escárnio, utopia comunista”.

Para Owen (2002) o capitalismo é uma forma de organização social que provoca desordem e confusão, gera miséria e pobreza, pois o homem está “possuído por um desejo insaciável de acumular o que chamamos riquezas, persuadido de que esta palavra é sinônimo de felicidade, que deve vir necessariamente em seguida. Este período de egoísmo cego e ignorante aproxima-se de seu fim” (OWEN, 2002, p.128-129).

O avanço do capitalismo e sua idéia de “felicidade” estão afastando a união e cooperação entre os homens logo, gerando miséria. Isso provocará a ruptura com esse modo de produção, pois ele é irracional, já que existem pessoas excluídas vivendo na miséria e pobreza (OWEN, 2002).

O ser humano é fruto de sua relação social de produção, que nesse caso é o capitalismo, pois o homem recebe sua educação e forma sua identidade de forma impositiva (OWEN, 2002).

Sendo assim, o homem é egoísta porque o capitalismo o torna assim, “as leis humanas são de molde a tornar o homem insociável, a criar interesses divididos e opostos e a estimular a concorrência, a luta e a discórdia. Com tais leis, é impossível que ele se torne racional, caridoso ou capaz de amar o próximo” (OWEN, 2002, p.124).

Em consequência disso, para transformar esse “homem capitalista egoísta” é necessária outra forma de organização social que tornará o homem em um ser mais bondoso e caridoso (OWEN, 2002)

Para alcançar essa outra forma de organização social, seria desejável que “o governo estabelecesse vários núcleos ou associações-modelo, contendo de 500 a 2.000 habitantes, em prédios convenientes, para produzir e conservar uma variedades de produtos e ensinar a dar às crianças uma educação adequada” (OWEN, 2002, p.129). Essas “Aldeias” funcionariam da seguinte maneira:

[...] em cada uma viveriam cerca de 1.200 pessoas trabalhando na terra e em indústrias, produzindo assim a sua própria subsistência. Os excedentes de produção poderiam ser trocados entre as Aldeias. Com cálculos cuidadosos de quanto teria de ser investido em cada Aldeia, Owen tentava mostrar que haveria imensa economia de recursos, pois os pobres seriam reinseridos à produção em vez de permanecerem desocupados (SINGER, 2002, p.25-26).

Conseqüentemente, nas “Aldeias Cooperativas” o produto do trabalho seria repartido de forma eqüitativa de acordo com o tempo gasto na produção, a princípio um plano para acabar com a pobreza, que cada vez mais se mostrava como uma proposta de reformulação de toda a sociedade (SINGER, 2002).

Observa-se aqui, que em Owen (2002) a propriedade da riqueza social é coletiva, não privada como em Fourier¹⁰. Dentro desse contexto, Bocayuva (2007, p.21) analisando as idéias de Owen nos diz:

Owen também apostou nos “bazares operários de trabalho”. Estes bazares eram espaços onde se trocavam produtos por “bônus do trabalho”, que serviam como moeda de troca, um ‘papel-moeda’ cuja unidade é a hora de trabalho despendido.

Com essa idéia de papel-moeda-trabalho rendeu a Owen críticas por parte de Marx (2005), que argumentava:

Observaria que a ainda que a “moeda-trabalho” de Owen não é mais dinheiro do que um bilhete de teatro. *Owen pressupõe trabalho diretamente oposta à produção de mercadorias*. O certificado do trabalho registra apenas a participação individual do produtor no trabalho comum e seu direito com referência à parte do produto comum, destinada a consumo. Mas não ocorre a Owen pressupor a produção de mercadorias e, apesar disso, querer contornar as condições necessárias dessa produção, por meio de remendos monetários (MARX, 2005, p.122, grifo nosso).

Para Marx (2005) a idéia de “moeda-trabalho” em Owen (2002), não passa de um ‘utopismo’ superficial, pois se o trabalho produtivo é destinado à produção de mercadorias (produção de bens para o mercado capitalista) haverá, portanto mais-valia / mais-valor (trabalho não pago ao trabalhador) no processo de realização da mercadoria, não passando de utopia seu projeto “moeda-trabalho”.

Segundo Cole (1944 apud SINGER, 1998a, p.71) Owen não estava propondo simplesmente um meio de baratear a subsistência dos pobres, mas

¹⁰ Ver tópico anterior.

uma mudança completa do sistema social e pedindo a abolição da empresa capitalista que só visa o lucro. Então:

em 1817, Owen apresentou seu “plano” de acabar com a pobreza mediante o emprego dos que não tinham proventos e eram sustentados pela beneficência das paróquias (de acordo com a Lei dos Pobres em vigor) em “Aldeias cooperativas”, onde poderiam viver em comunidade e produzir em comum, consumindo seus próprios produtos e trocando os excedentes com outras “Aldeias cooperativas”. Ele propunha que algumas aldeias fossem industriais e outras agrícolas etc. Assim, o Estado e as paróquias, em vez de desperdiçar dinheiro com a manutenção dos indigentes ociosos, deveriam fornecer capital para que eles estabelecessem em aldeias e pudessem prover o seu próprio sustento (SINGER, 1998a, p.71).

Além disso, Owen também atacou todas as religiões. Porque segundo ele os homens são responsáveis pela pobreza, para Owen o homem é produto do capitalismo, então é necessário transformar o capitalismo e não a reforma individual (pessoal) como faz a Igreja (SINGER, 1998a, p.71).

Ainda segundo Singer (1998a) com essa crítica a Igreja e sua adesão ao socialismo, Owen perdeu o apoio e simpatia que tinha nas classes dominantes. Com essa ‘perda’ ele voltou seu “plano” de Aldeias Cooperativas para o movimento sindicalista, como também a fundação e direção de comunidades comunistas moldadas em suas idéias.

Sem apoio da classe dominante e da Igreja, Owen e seus seguidores começaram a “sofrer” a ira do Estado, como descreve Singer (1998a, p.97-98) nesta passagem:

Estes planos revolucionários, se tinham o condão de entusiasmar sindicalistas e cooperadores, produziram efeitos opostos nos círculos burgueses. A ofensiva patronal contra os sindicatos foi retomada com mais força e foi apoiada por redobrada repressão política por parte do executivo e judiciário. Teve lugar então um vasto confronto de classe, tanto político como econômico. [...] Os mestres demitiam em massa os trabalhadores sindicalizados, que respondiam organizando cooperativas e procurando tomar o mercado dos patrões. [...] A ação conjunta de Estado e capital derrotou a coligação socialista de sindicatos e cooperativas. O governo resolveu dar uma demonstração de intolerância: prendeu 6 trabalhadores agrícolas de Dorsetshire [uma aldeia cooperativa] por tomar juramentos de companheiros que passaram a integrar uma loja [cooperativa]. Este simples fato, sem que houvesse sequer ameaça de greve, bastou para que fossem julgados e condenados a 7 anos de desterro, em 18 de março de 1834. Owen organizou petições e uma demonstração de massa em Londres, mas sem resultado. A sentença foi crucial para liquidar o movimento sindical e cooperativo.

Com a repressão por parte do Estado e da burguesia industrial instalado nele, as idéias e os seguidores de Owen foram enfraquecidos. Mas, o importante é que o owenismo foi à primeira afirmação positiva e real¹¹ da necessidade de substituir o sistema capitalista por um sistema alternativo.

Como escreve Singer (2002) sobre a idéia de cooperativas autônomas:

Esta é a origem histórica da Economia Solidária. Seria justo chamar esta fase inicial de sua história de “cooperativismo revolucionário”, o qual jamais se repetiu de forma tão nítida. Ela tornou evidente a ligação essencial da economia solidária com a crítica operária e socialista do capitalismo. A figura que sintetizou pensamento e ação nesta fase foi sem dúvida Owen (SINGER, 2002, p.35).

Resumindo, Owen (2002) e seu pensamento elaboraram seus projetos de comunidades sob nova organização social e política (as Aldeias Cooperativas).

O projeto social idealizado e praticado por Owen denunciou as mazelas produzidas pelo capitalismo, na prática observa-se apenas uma crítica superficial da sociedade capitalista. Pois ele era um reformador social e não propôs mudanças na infra-estrutura da relação de produção (as condições matérias).

Essa não propensão à mudança na relação social de produção é a característica do socialismo utópico, que atenua a luta de classe em vez de superá-la (MARX; ENGELS, 2004, p.78-79).

A obra de Singer (1998, 1998a, 2000, 2002) além de resgatar os fundamentos do Socialismo Utópico, discutido nos tópicos anteriores, apresenta semelhança com a obra de Proudhon (2002).

Esse pensador acreditava que a revolução social para a superação capitalista é um processo pacífico, como é apresentado por Singer (2002) que defende o desenvolvimento de empreendimentos de Economia Solidária como forma de superação capitalista.

Mas, então porque em sua obra Singer ao se referir ao histórico da Economia Solidária não apresenta o pensamento de Proudhon¹²? Parece

¹¹ Ao contrário dos outros socialistas utópicos que ficaram no plano das idéias (como Saint-Simon e Fourier), Owen é a figura que sintetizou pensamento e ação (SINGER, 1998a).

¹² Singer (2000, p.13) escreve: “a economia solidária não é a criação de alguém, embora os grandes autores socialistas denominados ‘utópicos’ da primeira metade do século XIX (Owen, Fourier, Buchez, Proudhon etc.) tenham dado contribuições decisivas ao seu desenvolvimento”. Esse é a única passagem em que o nome de Proudhon é citado pelo autor,

indicar que Singer, que se declarava marxista, teve receio de relacionar sua teoria da Economia Solidária com o anarquismo, já que ele escreve:

mesmo que toda atividade econômica fosse organizada em empreendimentos solidários, *sempre haveria necessidade de um poder público* com a missão de captar parte dos ganhos acima do considerado socialmente necessário para redistribuir essa receita entre os que ganham abaixo do mínimo considerado indispensável (SINGER, 2002, p.10-11, grifo nosso).

Por isso, é necessário observar a teoria e análise de Proudhon (2002), que mesmo sem ser considerado um “socialista utópico”, apresenta correlação direta com o conceito de Economia Solidária.

5 PROUDHON

Pierre-Joseph Proudhon (1809-1865) nasceu em Besançon, no interior da França. Era filho de um cervejeiro e de uma cozinheira. Teve grande influência no cenário político e revolucionário francês do séc. XIX. Em 1848 foi eleito representante na Assembléia Nacional francesa, onde desenvolveu intensa atividade, também foi o primeiro que se auto proclamou anarquista (BOCAYUVA, 2007).

Proudhon ao longo de sua trajetória teórica e política também foi um “federalista” (BOCAYUVA, 2007), isso porque defendia a união de associações operárias para a produção da riqueza social, organizadas e controladas por ‘federações’ (conjunto de associações) e fiscalizadas pelo Estado, como escreve Bocayuva (2007, p.34):

Ao lado de considerações que afirmam o papel da família e o direito à pequena propriedade, Proudhon insiste [em sua fase federalista] em que o crédito e a propriedade das minas, das estradas e ferro e canais deve ser da sociedade no seu conjunto. Essas propriedades deveriam ser entregues ‘as associações operárias’, organizadas democraticamente sob a fiscalização do Estado.

Com o afastamento de Proudhon do ideal “federalista”, ele começou a defender a revolução das massas, assim como Marx e Engels (2004), mas indo

mesmo em publicação posterior, em que ele teoriza sobre as origens históricas da Economia Solidária na atualidade Singer (2000) subtrai o pensamento de Proudhon e apresenta somente as idéias de Saint-Simon, Fourier e Owen.

contra a “ditadura do proletariado”¹³. Desse modo, Bocayuva (2007, p.35, grifo nosso) nos diz:

De fato, ele se aproxima de Marx quando afirma que “uma liquidação geral é o preâmbulo de toda revolução”. Para Proudhon, isso significaria uma ruptura semelhante aos movimentos radicais republicanos da Revolução Francesa. Entretanto, ele deixa claro que, em sua visão, a revolução é oriunda da autonomia das massas e depende da organização do trabalho, como fica claro quando diz que “a oficina fará desaparecer o governo”. Assim, o movimento de inovação social e organizativa é a própria revolução em marcha. É a forma de organização da emancipação do proletariado que define os contornos e a profundidade da República. Ou seja, *é a reorganização do trabalho e da propriedade que poderá aniquilar a centralização política do Estado.*

Para Proudhon (2002) a revolução é um processo pacífico, semelhante ao pensamento de Singer (2000; 2002), pois a Economia Solidária é outro modo de produção diferente do capitalismo que nos levará ao socialismo, sendo um movimento pacífico.

A análise da economia política de Proudhon (2002) apresenta a idéia de que o capital produtivo (do trabalhador: o que gera a riqueza) entrou em choque com o trabalho improdutivo (da burguesia), devido à forma da propriedade privada.

Significa dizer, tem uma classe que produz a riqueza social e a outra que apropria, alimentando assim a divisão da sociedade em duas classes, então ele subscreve:

A propriedade é o direito de albana, isto é, o poder de produzir sem trabalhar; ora, produzir sem trabalhar é fazer do nada alguma coisa [...]. A albana, conhecida pelos nomes de arrendamento, renda, juros, é paga todos os anos; os aluguéis vencem semanal, mensal, anualmente; os lucros têm lugar no momento da troca. De modo que a albana existe sempre em razão do tempo e em razão da coisa, o que leva a dizer que a usura cresce como câncer. [...] O proprietário não produz nem por si mesmo nem por seu instrumento, e recebendo produtos em troca de nada, é um parasita ou um ladrão (PROUDHON, 2002, p.238-249, grifo do autor).

Para Proudhon (2002) o capitalismo é um sistema baseado na propriedade privada, um sistema, utilizando suas palavras, baseado na ‘usura’ (PROUDHON, 2002, p.239) que gera uma desigualdade na repartição da

¹³ “O proletário utilizará seu domínio político para arrancar pouco a pouco todo o capital à burguesia para *centralizar todos os instrumentos de produção nas mãos do Estado*, ou seja, do proletariado organizado como classe dominante” (MARX; ENGELS, 2004, p.66, grifo nosso).

riqueza produzida socialmente, e isso é o gerador de pobreza. Em seu raciocínio, a classe desfavorável nesse sistema são os proletários.

Dentro deste contexto, para Proudhon (2002) a produtividade e o desenvolvimento do capital ao longo da história se encontram materializada no sistema da 'usura'. Então o que fazer para acabar com esse sistema gerador de pobreza?

Proudhon (2002) vai propor que o único meio de destruir a 'usura' é "organizar o crédito" para o socialismo, rompendo com empréstimo a juros. Mas, como funcionaria isso? Proudhon (2002) defende a idéia que 'tudo que tem valor de troca pode ser objeto de troca', desse modo, ele propõe a formação de associações de trabalhadores que forneceriam o crédito, logo os bens produzidos por eles seriam trocados pelo mesmo "valor¹⁴" com mercadorias de outras associações.

Segundo Proudhon (2002), o homem deveria abandonar a condição econômica e moral baseada na sujeição a outros homens - que levaria à desarmonia social. A nova sociedade deveria apoiar-se no mutualismo, uma forma de cooperação baseada em associações, sem o poder coercitivo do Estado.

Então, Proudhon (2002) existe a possibilidade de redefinir o crédito, que se tornará solidário e mutualista. Com esse "novo" sentido dado ao crédito, Proudhon (2002) mostra que existe a possibilidade dos trabalhadores darem crédito a si mesmo se materializando no "Banco Popular".

Com essa interação entre trabalhadores, haverá uma modificação no eixo da acumulação, pois ela não será mais ditada pela ordem da 'usura' do capital e sim subordinada ao interesses do trabalhador.

Aqui, neste momento da evolução do pensamento de Proudhon (2002) entra a resposta para ligação desse pensador com o atual conceito de Economia Solidária, pois Proudhon propõe uma reorganização do trabalho e da propriedade através da concessão de crédito, como também essa idéia é utilizada na Economia Solidária, quando:

Essa temática das relações horizontais que unificam produção e consumo por meio de um sistema de crédito fundado no trabalho reaparece nos experimentos atuais das chamadas "redes de

¹⁴ Quantidade de trabalho incorporado na mercadoria.

colaboração social” e na emergência de “moedas sociais” e bônus, usados para animar a interação horizontal de empreendimentos cooperativos, autogestionários e associativos. Uma vez unificado, o trabalho se metamorfoseia e se converte em capital. Cria uma potencialidade de transformação e emancipação das categorias econômicas. O trabalho produziria crédito e geraria capital de forma autônoma e mutualista, criando condições de atração sobre o conjunto do processo econômico. Como numa operação física social, seu poder de competição com as outras formas de organização geraria uma atração capaz de produzir a adesão dos produtores e a extinção das propriedades sem saquear os proprietários (BOCAYUVA, 2007, p.34).

É interessante notar como as idéias de Proudhon (2002) estão intimamente ligadas a da Economia Solidária, pois Singer (2002) chega a afirmar que a Economia Solidária é outro modo de produção, antagônico ao capitalismo, e seu desenvolvimento levará a uma sociedade pós-capitalista, como também acreditava Proudhon (2002) ao propor uma mudança no sistema de crédito, a criação do “Banco Popular”.

Pois, haverá uma mudança na reorganização do trabalho e da propriedade que aniquilará o sistema da ‘usura’. Observamos como o pensamento de Proudhon (2002) aparece nos teóricos da Economia Solidária, Gaiger (2004, p.387-396, grifo do autor) escreve:

[...] ao que podemos considerar, à luz da teoria marxista, *uma nova forma social de produção*: modificam-se os princípios e os fins da organização econômica, alteram-se ao mesmo tempo as relações que os indivíduos contraem entre si, no que tange aos meios de produção, ao processo de trabalho e a seus resultados. Uma nova racionalidade passa a presidir o agenciamento dos fatores produtivos [...] Do ponto de vista primordial do desenvolvimento humano, as empresas de economia solidária superam suas concorrentes capitalistas, não porque representam invariavelmente a sua antítese e ameaçam sua supremacia, mas porque oferecem outras condições históricas aos trabalhadores, de conteúdo inegavelmente emancipatório. Esse conteúdo provém da experiência concreta da *autonomia no trabalho e pelo trabalho* [...] ruptura das relações ancestrais de mando e subserviência, escape da pauperização material, emocional e intelectual dos trabalhadores, formação de comunidades de trabalho, desrecalque e reconstituição da subjetividade autêntica, recuperação de solidariedades primárias, espaço de expressão, recomposição do sujeito fragmentado, instauração de produtores livremente associados, nova cultura do trabalho e assim por diante [...].

Então, de acordo com Singer (1998, 2000, 2002) e Gaiger (2004), na Economia Solidária haverá uma “nova” organização do trabalho e da propriedade que nos levará a outra sociabilidade pós-capitalista, uma ruptura pacífica como se refere Proudhon (2002).

Em relação a isso, Gaiger (2004) afirma que esse processo de superação capitalista é paulatino, não é uma superação em uma só tacada contra o capitalismo, ele utiliza uma passagem de Boaventura Santos para justificar essa superação, assim ele escreve: “têm em comum o fato de que, ainda que não pretendam substituir o capitalismo de um só golpe, procurarem (com resultados díspares) tornar mais incômoda a sua reprodução e a sua hegemonia” (BOAVENTURA SANTOS, 2002, p.29 apud GAIGER, 2004, p.397).

Em relação, a nova organização do crédito, criação do “Banco Popular”, que levaria ao pós-capitalismo segundo Proudhon (2002), Marx vai responder com o livro *Miséria da Filosofia*¹⁵, que aponta uma ruptura teórica e pessoal com Proudhon.

Marx (2001) vai nos dizer que a crítica que Proudhon faz da propriedade privada se restringe ao campo jurídico, não a infra-estrutura, não no processo de produção e distribuição da riqueza, Marx (2001, p.189, grifo do autor) escreve:

Para Proudhon tratava-se, de fato, de analisar a propriedade burguesa atual. A questão de saber o que era esta propriedade, não se podia responder senão com uma análise crítica da *economia política*, que abrangesse o conjunto dessas *relações de propriedade*, não sua expressão *jurídica* ou de *relações de vontade*, mas na sua forma real, quer dizer de relações de produção. Como Proudhon integra o conjunto dessas relações econômicas na noção jurídica da propriedade não podia ir além [...]. Daqui se conclui, no melhor dos casos, que as noções jurídicas dos burgueses sobre o roubo se aplicam também ao seu “*honesto lucro*”. Por outro lado, como o *roubo*, enquanto violação da propriedade, *pressupõe a propriedade*, Proudhon meteu-se em toda uma série de divagações confusas sobre a *verdadeira propriedade burguesa*.

Diante do fato que Proudhon (2002) restringe a relação jurídica da propriedade privada, Marx (2001) diz que ele se limita a uma crítica superficial do problema da desigualdade no capitalismo, e para ter uma análise “séria” do capitalismo é necessário:

Em vez de considerar as categorias econômicas como expressões teóricas de relações históricas de produção que correspondem a um grau determinado de desenvolvimento da produção, a sua imaginação transforma-as em idéias eternas, preexistentes a toda a realidade e, deste modo, por um desvio, ele regressa ao seu ponto de

¹⁵ MARX, Karl. **Miséria da filosofia**: resposta à filosofia da miséria do senhor Proudhon. São Paulo: Centauro, 2001.

partida, o ponto de vista da economia burguesa [...]. Cada relação econômica tem um lado bom e um lado mau; é o único ponto em que o sr. Proudhon se não desdiz. O lado bom vê-o exposto pelos economistas; o lado mau vê-o denunciado pelos socialistas. Aos economistas vai buscar a necessidade das relações eternas; aos socialistas, a ilusão de não ver na miséria senão a miséria (em vez de ver aí o aspecto revolucionário, subversivo, que derrubará a antiga ordem). Está de acordo com uns e com outros, ao querer, nesse aspecto, referir-se à autoridade da ciência. A ciência, para ele, reduz-se às diminutas proporções de uma fórmula científica; ele é o homem a procura de formulas. Por isso o sr. Proudhon se gaba de ter feito a crítica da economia política e do comunismo; ele está abaixo tanto de uma como do outro (MARX, 2001, p.190-191, grifo do autor).

Por isso que Marx (2001) irá classificar o pensamento como “pequeno burguês”, porque ao propor a reorganização do crédito Proudhon (2002) não está mais do que formando pequenos burgueses. Desse modo, Marx (2008, p.54-55, grifo nosso) analisa o “projeto” socialista de Proudhon:

Numa sociedade dominada pela produção capitalista, mesmo o produtor não capitalista está sob o domínio das idéias capitalistas [...] Proudhon, com a habitual charlantaria e pretensões científicas, trombeteou a sua nova descoberta, o segredo do socialismo: a idéia vazia, segundo a qual o preço de custo constitui o verdadeiro valor da mercadoria, decorrendo a mais-valia da venda da mercadoria acima do valor; as mercadorias são assim vendidas pelo respectivo valor, quando o preço de venda é igual ao preço de custo, isto é, igual ao preço dos meios de produção consumidos mais salários. O Banco Popular de Proudhon se baseava nessa redução do valor da mercadoria ao preço de custo. [...]. É absolutamente falso supor que tanto faz vender todas as mercadorias ao preço de custo quanto vendê-las acima do preço de custo, mas pelo valor. *Mesmo que se iguallassem, em todos os casos, o valor da força de trabalho, a duração da jornada de trabalho e o grau de exploração do trabalho, as quantidades de mais-valia contidas nos valores das diferentes mercadorias seriam absolutamente desiguais*, de acordo com a diversa composição orgânica dos capitais adiantados para produzi-las.

Então de acordo com o pensamento de Marx (2008) a idéia de “Banco Popular” de Proudhon (2002) não considera as composições orgânicas do capital no processo de produção, logo no processo de realização da mercadoria (na troca) haveria mais-valia (valor não pago ao trabalhador).

Dentro desse contexto não romperá com a relação social de produção capitalista, pois existe trabalho não pago ao trabalhador, a exploração do homem pelo homem.

Percebe-se também, que através da análise de Marx (2008), mesmo considerando em um contexto em que a produção não seja nos molde capitalista, como por exemplo: não existir uma relação assalariada (como é o caso das cooperativas e associações de trabalhadores da Economia Solidária), o processo da troca (no caso o mercado capitalista) domina a produção, portanto, essas associações e cooperativas são subordinadas a determinações capitalistas.

Ao usarmos esse mesmo raciocínio de Marx (2008), descrito acima, parece indicar que o atual projeto de Economia Solidária não é mais do que um projeto pequeno-burguês.

A Economia Solidária como afirmou Singer (2000, 2002) nos levará ao pós-capitalismo através da criação de cooperativas, bancos populares, associações. O que efetivamente dentro da análise de Marx (2008) não é mais do que transformar trabalhadores em pequenos proprietários.

Resumidamente, todas essas teorias elaboradas no séc. XIX significaram um avanço teórico na compreensão do capitalismo, pois foram à primeira vez na história da modernidade que foram apresentadas críticas às ideais de liberdade, igualdade e justiça do capitalismo, como também, a primeira vez que foi proposto soluções, mesmo que “utópicas”.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Evidencia-se que os conceitos elaborados pelos socialistas utópicos Saint-Simon (2002), Fourier (2002), Owen (2002) e o anarquista Proudhon (2002) tem relações históricas com o conceito de Economia Solidária na contemporaneidade, seja na idéia de conselhos, cooperativas, associação de trabalhadores, organização de crédito, bancos populares e, principalmente, porque essas teorias sociais desenvolvidas no curso do séc. XIX elaboraram e denunciaram as contradições produzidas pelo capitalismo, expressas na exclusão e na miséria.

Entretanto, como assinalado por Marx (2008), essas teorias desenvolvidas pelos socialistas utópicos não encontraram as condições

materiais para a emancipação dos excluídos ao proporem como solução “fantásticos” sistemas de reforma social.

Desse modo, a análise crítica de Marx aos socialistas utópicos e a Proudhon (2002) pode ser aplicada, significa dizer as categorias de análise de Marx, ao atual projeto de Economia Solidária desenvolvidos pelos autores contemporâneos.

Tais conceitos não têm representatividade nas condições materiais de existência dos trabalhadores inseridos nessa “outra forma” de economia. Nesse sentido, o atual projeto de Economia Solidária tem o mérito de realizar denúncias contra as mazelas do capitalismo, mas estão longe de ser uma alternativa pós-capitalista como defende o principal autor brasileiro Paul Singer.

REFERÊNCIAS

BOCAYUVA, P. C. C. **As metamorfoses do trabalho e da cooperação produtiva**: a economia popular e solidária na perspectiva da nova centralidade do trabalho. Rio de Janeiro: FASE, 2007.

FOURIER, F. O novo mundo industrial e societário. In: TEIXEIRA, A. (Org.). **Utópicos, heréticos e malditos**: os precursores do pensamento social de nossa época. Rio de Janeiro: Record, 2002. p. 67-96.

GAIGER, L. I. As emancipações no presente e no futuro. In: GAIGER, L. I. (Org.). **Sentidos e Experiências da econômica solidária no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

LAVILLE, J. Ação Pública e Economia: um quadro de análise. In: FRANÇA FILHO, G. C.; LAVILLE, J.; MEDEIROS, A.; MAGNEN, J.P. **Ação pública e economia solidária**: uma perspectiva internacional. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006. p. 21-38.

MARX, K. **Miséria da filosofia**: resposta à filosofia da miséria do senhor Proudhon. São Paulo: Centauro, 2001.

_____. **O capital**: Crítica da Economia Política: livro I. 20. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. 2v.

_____. **O capital**: Crítica da Economia Política: livro III. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. 3v.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do partido comunista**. São Paulo: Martin Claret, 2004.

MTE, MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. Secretaria Nacional de Economia Solidária. **Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005**. Brasília:

MTE, 2006. 60 p.

OWEN, R. O livro do novo mundo moral. In: TEIXEIRA, A. (Org.). **Utópicos, heréticos e malditos**: os precursores do pensamento social de nossa época. Rio de Janeiro: Record, 2002. p.101-146.

POLANYI, K. **A grande transformação**: as origens da nossa época. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

PROUDHON, P. O que é a propriedade?. In: TEIXEIRA, A. (Org.). **Utópicos, heréticos e malditos**: os precursores do pensamento social de nossa época. Rio de Janeiro: Record, 2002. p. 233-298.

SAINT-SIMON, H. Um sonho. In: TEIXEIRA, A. (Org.). **Utópicos, heréticos e malditos**: os precursores do pensamento social de nossa época. Rio de Janeiro: Record, 2002. p. 51-56.

SINGER, P. **Globalização e desemprego**: diagnósticos e alternativas. São Paulo: Contexto, 1998.

_____. **Uma utopia militante**: repensando o socialismo. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998a.

_____. Economia solidária: um modo de produção e distribuição. In: SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de. (org.) **A economia solidária no Brasil**: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2000. p. 11-28.

_____. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.